



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS	17.11.1980		

Enquanto Helena Roseta sugere o afastamento de Lurdes Pintasilgo

# «PROPOSTA DE DECISÃO» SERÁ APRESENTADA AO GOVERNO POR FREITAS DO AMARAL

Numa próxima reunião do Conselho de Ministros, o prof. Freitas do Amaral, ministro dos Negócios Estrangeiros, apresentará uma proposta de decisão sobre o caso Lurdes Pintasilgo. Entretanto, a ex-primeiro-ministro permanece retida em Lisboa, a pedido do MNE. É provável — segundo o próprio ministro — que volte a ocorrer um encontro com a embaixadora. Estes os dados de um curto comunicado do gabinete de Freitas do Amaral, no final de uma reunião que entre as duas personalidades decorreu no Palácio das Necessidades.

A saída da audiência, Lurdes Pintasilgo confiou à nossa reportagem que «é de bom senso reconduzir um embaixador à sua anterior função, após um período curto de chefia do Governo».

Recusando-se a definir qual tinha sido o teor da conversa mantida com Freitas do Amaral, e muito menos se regressaria ou não à UNESCO, Lurdes Pintasilgo conduziu as suas afirmações para o campo do respeito e do prestígio pelas instituições democráticas, deixando perceber que bom seria para aquelas que o VI Governo decidisse pelo seu regresso à UNESCO, conforme acontece — disse — nas democracias ocidentais, em que um embaixador, após ter cumprido funções de maior responsabilidade no aparelho do Estado, regressa à sua anterior situação. Lurdes Pintasilgo remeteu os jornalistas para o titular do MNE, que deveria divulgar os resultados da reunião.

Assinala-se que na Aliança Democrática não é visto com bons olhos o regresso de Lurdes Pintasilgo à UNESCO e isso mesmo foi objecto de um breve, mas incisivo artigo da deputada Helena Roseta, publicado no jornal «O Dia».

Diz a fogosa deputada do PSD:

«Poderíamos invocar, contra tal permanência (na UNESCO), muitos argumentos, desde a nefasta acção desenvolvida pela eng.<sup>a</sup> Pintasilgo, antes de assumir a liderança do V Governo, no que respeita à defesa e promoção da língua e cultura portuguesas, até à solidariedade activa que sempre manifestou para com projectos políticos terceiro-mundistas, que nada têm a ver com o voto maioritário dos portugueses.

«Preferimos, porém, reduzir-nos à lógica duma argumentação simples, que gira em torno do facto de Pintasilgo ser, indiscutivelmente, uma embaixadora política. É conhecida a posição dos partidos da AD contra o uso e abuso de embaixadores políticos na nossa política externa, posição que ainda há dias foi reafirmada na Assembleia por Sá Carneiro.

«Séria, pois, legítimo desde

logo concluir que o Governo da AD não manterá Pintasilgo na UNESCO.

«Poderão, no entanto, levantar-se algumas objecções: será que o Governo da AD vai proceder a um pretensio acto revanchista, contrário à atitude de moderação e tolerância que tem apregoado? Será que o presidente da República aceitará e executará uma deliberação governamental hostil à manutenção de Pintasilgo no seu cargo?»

E, logo a seguir:

«Estando fora de questão o empenhamento político terceiro-mundista da embaixadora de Portugal, tornado óbvio perante todos os portugueses no decurso do mandato do V Governo, a resposta à primeira questão só pode ser uma: não deve o Governo da AD consentir na permanência, na embaixada da UNESCO, duma figura que não goza da confiança política das forças que exprimem a vontade da maioria dos eleitores. E não haverá, nessa atitude, qualquer espécie de revanchismo ou de fúria saneadora. Nunca se viu, em democracia, um Governo maioritário reiterar a sua confiança política em personalidades claramente apoiadas pelas minorias da oposição parlamentar. Nem a opinião pública compreenderia que doutro modo se agisse.

«Não parece que recordar a pretensa boa-fé ou as convicções religiosas da eng.<sup>a</sup> Pintasilgo altere, dalgum modo, este raciocínio. O abaixo-assinado, ontem divulgado, de um grupo de «católicos progressistas», que invocam o Evangelho para elogiar a ex-primeiro-ministro é, quanto a mim, perfeitamente descabido. É misturar alhos com bugalhos, o que não se estranha, dada a proveniência das assinaturas.

«Mas, se pouca importância e representatividade atribuímos ao referido abaixo assinado, o mesmo não poderemos dizer da posição que o general Ramalho Eanes irá tomar neste caso, já que ele pode ser o primeiro embate concreto entre a firme determinação do Governo no sentido de assumir a direcção da política externa portuguesa e o desejo do presidente da República de manter uma prática de diplomacias paralelas, em que Melo Antunes e Pintasilgo serão figuras indispensáveis.

«Dir-se-á que a Constituição atribui ao presidente a competência de nomear — e, portanto, também a de exonera — os embaixadores de Portugal no estrangeiro. Mas, a verdade é que tal competência se deve exercer, nos termos constitucionais, sob proposta do Governo. Caberá, pois, ao Governo propor desde já ao presidente da República a exoneração de Pintasilgo, a que o general Eanes dará ou não seguimento, consoante entender. Mas não nos parece que Pinta-

silgo possa regressar a Paris contra a vontade expressa dum Governo maioritário, sob pena de se estar a inutilizar, numa instância tão importante como é a UNESCO, o veto dos portugueses.»

De qualquer modo, a última decisão caberá ao general Ramalho Eanes. Será que o afrontamento Governo-PR vai começar «a sério»?

Centro de Documentação e de Publicações  
FUNDAÇÃO PARA O CUIDAR DO FUTURO